

1

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES DA MAISON ECO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como EMISSORA, MAISON ECO S.A., com sede na Rua Gonçalves Dias nº 207, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob nº 00.889-852/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como INTERVENIENTE, CASA - CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA LTDA, com sede na Rua Gonçalves Dias nº 207 na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob nº 77.057.925/0001-01, através de seus representantes legais, como AGENTE FIDUCIÁRIO - C&D - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à Rua XV de Novembro 270, 6º and cj. 601, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 82.016.270/0001-55, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão vem por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 2 de outubro de 1995.

II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures simples será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, doravante denominada COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, na forma das Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que constituiu a EMISSORA e deliberou sobre a emissão das debêntures, será arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná.

3. REGISTRO DA ESCRITURA

A presente Escritura de Emissão, será registrada no Cartório de Registro de Imóveis do lugar da sede da EMISSORA.

III - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS COM A EMISSÃO

Os recursos captados com a colocação da presente emissão destinar-se-ão exclusivamente a construção e comercialização do Edifício Maison Ecoville, com as seguintes características:

EDIFÍCIO	: MAISON ECOVILLE
LOCALIZAÇÃO	: Rua Grã Nicco, nº 22 - esquina com Dep. Heitor Alencar Furtado, Bairro - ECOVILLE
ALVARÁ	: 105403 - Classe A de 31.03.95
TERRENO	: 5.445,8 m ² - Quitado
ZONEAMENTO	: Nova Curitiba
INDICAÇÃO FISCAL	: 29.071.069
ÁREA A SER CONSTRUÍDA	: 13.711,2200 m ²
ÁREA A COMERCIALIZAR	: 15.085,5951 m ² (de acordo com a Norma Brasileira - PNB/140)
NÚMERO DE PAVIMENTOS	: 22
NÚMERO DE ANDARES	: 20
NÚMERO DE UNIDADES A SEREM CONSTRUÍDAS	: 80
ÁREA MÉDIA DE CADA APARTAMENTO	: 188 m ²
PREVISÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO	: 18 meses

IV - DO TÍTULO E SUA EMISSÃO

As debêntures cujas condições e características seguem abaixo, transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

- 1) **Valor da Emissão:** o valor da emissão será de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), na data da integralização das debêntures representativas da 1ª (primeira) série desta emissão.
- 2) **Quantidade:** será emitido um total de 600 (seiscentas) debêntures simples, sendo 300 (trezentas) debêntures para a 1ª (primeira) série e 300 (trezentas) debêntures para a 2ª (segunda) série.
- 3) **Séries:** A emissão será realizada em 2 (duas) séries, para subscrição e integralização na forma abaixo estabelecida:
 - 3.a) A 1ª (primeira) série, deverá ser subscrita e integralizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do 1º (primeiro) anúncio de início da distribuição pública das debêntures.
 - 3.b) A 2ª série, deverá ser integralizada decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da integralização das debêntures representativas da 1ª (primeira) série.
- 4) **Valor Nominal Unitário:** as duas séries das debêntures, desta emissão, terão o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas datas da subscrição e integralização das debêntures representativas da 1ª (primeira) série.
- 5) **Espécie:** garantia fidejussória da CASA - Construção Industrializada Ltda.
- 6) **Forma:** nominativa, não endossável.
- 7) **Modalidade:** simples, não conversíveis em ações.
- 8) **Data da Emissão:** para todos efeitos legais, a data da emissão, para as duas séries das debêntures, será a data que ocorrer a integralização das debêntures representativas da 1ª (primeira) série.
- 9) **Data de Vencimento:**
 - 9.a) Para a 1ª (primeira) série: vencerá no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da emissão, estabelecida no item 8.
 - 9.b) Para a 2ª (segunda) série: vencerá no prazo de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da integralização da 1ª (primeira) série.
- 10) **Procedimento:** na colocação das debêntures, junto ao público, será adotado o regime de procedimento diferenciado de distribuição, referido no artigo 33 da Instrução da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS nº 13, de 30 de setembro de 1990.

11) Colocação: o lançamento será público, mediante a intermediação de Instituição(ões) Financeira(s).

12) Preço de Subscrição e Integralização: para ambas as séries, o preço de subscrição e integralização das debêntures, será estabelecida da seguinte forma:

12.a) O preço da subscrição e integralização será sempre à vista.

12.b) Os subscritores das debêntures da 1ª (primeira) série, deverão subscrever em idêntica proporção as debêntures da 2ª (segunda) série, integralizando-as conforme as datas previstas no item 3.

12.c) Para as debêntures da 1ª (primeira) série, o preço unitário, para subscrição e integralização, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

12.d) Para as debêntures da 2ª (segunda) série, o preço unitário, para subscrição e integralização, deverá ser o seu valor nominal, fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), remunerado na forma prevista no item 13, acrescido de juros remuneratórios conforme estabelecido no item 14, calculados da data da integralização das debêntures da 1ª (primeira) série até a data prevista para integralização das debêntures da 2ª (segunda) série.

13) Base de Remuneração: a base de remuneração das debêntures, será a Taxa Referencial - TR, fixada pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, aplicada ao valor nominal, a partir da data estabelecida no item 4, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação decorrente desta emissão, inclusive para efeito do pagamento das debêntures por ocasião da aquisição facultativa, do vencimento antecipado ou vencimento das debêntures.

13.a) A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da Taxa Referencial - TR do dia.

13.b) Na hipótese de extinção da Taxa Referencial - TR, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, esta não puder ser utilizada nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, as novas regras ou alterações nos critérios de aplicação serão automaticamente aplicáveis à emissão que ora se trata.

14) Juros Remuneratórios: as debêntures perceberão juros remuneratórios de 12% (doze por cento) ao ano, a partir da data da emissão estabelecida no item 8, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o seu valor nominal remunerado, pagos semestralmente, sempre no primeiro dia útil após o término de cada semestre.

A EMISSORA pagará pro-rata-temporis os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisições facultativas ou vencimento antecipado.

14.a). Os pagamentos referentes ao principal, rendimentos e prêmios, se houver, a que fizerem jus as debêntures, serão efetuados pela EMISSORA em local previamente estabelecido, inclusive em estabelecimento(s) de Instituição(ões) Financeira(s) contratada(s) para tal fim.

14.b). Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, dos valores a serem pagos.

15) Prêmio: após a conclusão das obras do Edifício Maison Ecoville, prevista no prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da integralização da 1ª (primeira) série das debêntures, os debenturistas das 2 (duas) séries, da presente emissão, terão direito a uma premiação, estabelecida em etapas sucessivas, da seguinte forma:

15.a) Após a averbação de conclusão da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, a EMISSORA fará uma apuração do resultado acumulado correspondente ao período que vai da constituição da Sociedade Emissora, até a data da referida averbação da conclusão da obra.

15.b) Dos lucros remanescentes, apurados através das demonstrações contábeis levantadas na data estabelecida no sub-item 15.a., já contempladas as deduções estatutárias e auditadas por auditoria externa, a ser contratada, aos debenturistas serão destinados 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido acumulado da Sociedade Emissora, até aquela data.

15.c) Apurado o montante a ser contemplado aos debenturistas, na forma estabelecida no sub-item 15.b, este será pago nas seguintes condições:

15.c.1.) 50% (cinquenta por cento) em até 2 (dois) dias úteis após a data do recebimento do parecer dos auditores externos.

15.c.2.) 25% (vinte e cinco por cento) 6 (seis) meses após o cumprimento do item 15.c.1.

15.c.3.) 25% (vinte e cinco por cento) 6 (seis) meses após o cumprimento do item 15.c.2.

15.d) Igualmente, a EMISSORA fará no 24º (vigésimo quarto) mês e no 30º (trigésimo) mês após a data da emissão das debêntures - item 8 - uma demonstração do resultado líquido apurado em cada um destes semestres, em balancetes auditados, quando então se fará a distribuição adicional de 50% (cinquenta por cento) dos lucros remanescentes, seguindo a regra do item 15.c.

15.e) Havendo impossibilidade do cumprimento dos prazos, estabelecidos nos sub-itens 15.c e 15.d, a Sociedade Emissora deverá pagar juros de mora de acordo com o estabelecido no item 17, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, calculados desde a data do vencimento do prêmio até a data da regularização desta obrigação.

16) Processamento e Cobrança da Dívida: os pagamentos, referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP ou ainda, em Instituição(ões) Financeira(s) contratada(s) para este fim pela EMISSORA.

17) Juros Moratórios: a taxa de juros será elevada em 1% (um por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da EMISSORA no pagamento dos juros do prêmio, se houver, ou do principal das debêntures, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, referido no item 19.

18) Aquisição Facultativa: a EMISSORA poderá, à qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal remunerado acrescido de juros e prêmio, se houver, observado o disposto no parágrafo 2º do art. 55 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou serem novamente colocadas no mercado.

19) Vencimento Antecipado: o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, objeto da emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal remunerado pro-rata-temporis até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de juros e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes fatos:

- I) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- II) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- III) decretação de falência da EMISSORA;
- IV) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, e;
- V) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA prevista na Escritura de Emissão.

20) Formalização Jurídica: Contrato de Garantia de Subscrição e Colocação de Debêntures, por instrumento particular, deverá observar, entre outras, as seguintes características:

- 20.a. o contrato será irrevogável e irretratável, sendo que sua resolução somente poderá efetivar-se após ouvida a COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS e far-se-á mediante carta-circular com exposição a todas as partes, cientes e de acordo quanto às cláusulas e condições estabelecidas;
- 20.b. o contrato ficará automaticamente resolvido, sem quaisquer obrigações das partes contratantes quanto às estipulações ora pactuadas, bem como quaisquer ônus para as mesmas, na ocorrência das seguintes hipóteses:
- i) se a COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS negar o competente registro de emissão ou impuser exigências de tal ordem que tornem impossível o citado registro;
 - ii) se ocorrerem eventos graves de natureza política, conjuntural, econômica ou financeira, que não possam ser razoavelmente previstos ou evitados, e que tornem impossível a qualquer das partes o cumprimento das obrigações assumidas, observada a prévia anuência da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.
 - iii) modificações das normas legais ou regulamentares, relativas ao mercado de capitais, que venham, de qualquer forma, a alterar substancialmente as condições de mercado, tornando desaconselhável a realização da operação, quer sob o aspecto administrativo, quer sob o aspecto jurídico;
 - iv) ocorrer a incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações de espécie tratada no contrato ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes na data do instrumento; e;
 - v) se ocorrerem motivos de força maior, independentemente da vontade das partes contratantes, que afetem de forma substancialmente adversa a realização da operação;
- 20.c. o prazo de duração do contrato começará a partir da data de sua assinatura e finda com cumprimento pelas partes contratantes de todas as obrigações, principais e acessórias, decorrentes da garantia e colocação das debêntures objeto do mencionado contrato.
- 20.d. a parte que infringir qualquer das cláusulas do contrato ficará sujeita ao pagamento de multa não-compensatória de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total da operação, sem prejuízo de honorários advocatícios na eventualidade de instauração de pleito judicial.

21) Publicidade: todos os atos e decisões decorrentes da emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesse dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos em jornais onde a EMISSORA realiza suas publicações legais.

22) Decadência dos Direitos aos Debenturistas: o não recebimento, pelo debenturista, dos valores correspondentes a qualquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações contábeis relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias, após o término de cada exercício social, demonstrações contábeis completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS nº 202 de 6 de dezembro de 1993.
- d) dentro de no máximo 15 (quinze) dias, após as datas estabelecidas para premiação das debêntures, cópia das demonstrações contábeis, auditadas.
- e) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente e juros, relativos às debêntures objeto da presente Escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

4. Efetuar e manter sempre atualizado o Registro de Companhia Aberta na COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, nos termos da instrução da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS nº 202 de 6 de dezembro de 1993, bem como, fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses as demonstrações contábeis previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

5. manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituição(ões) financeira(s) autorizada(s) a prestar esse serviço.

6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente Escritura, C&D - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS LTDA, retro-qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. DECLARAÇÃO

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da Lei não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para exercer a função que lhe é ocupada;
- b) aceitar a função que lhe é conferida assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura e todas a suas cláusulas e condições;
- d) a EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que impeça a este exercer, plenamente, suas funções.

2. REMUNERAÇÃO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de honorários pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento efetuado no ato da assinatura desta escritura.

3. SUBSTITUIÇÃO

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMITENTE, por debenturistas que representam 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese do AGENTE FIDUCIÁRIO não poder continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

PARÁGRAFO SEGUNDO

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

PARÁGRAFO QUARTO

A substituição em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada Escritura de Emissão.

PARÁGRAFO QUINTO

O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

PARÁGRAFO SEXTO

Aplicam-se às hipóteses de substituição ao AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito baixados por ato da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens,
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão,
- c) conservar em boa guarda toda a Escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções,

- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento,
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o Registro da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o Oficial do Registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários,
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações,
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures,
- h) verificar a regularidade da constituição das garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA,
- j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA.
- k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações,
- l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas,
- m) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b" da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA,
 - m.2) alterações estatutárias ocorridas no período,
 - m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA.

- m.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado.
- m.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA,
- m.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso,
- m.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA,
- m.8) relação dos bens e valores entregues a sua administração,
- m.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento,
- m.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO,
- n) colocar o relatório de que trata o inciso anterior a disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
 - n.1) na sede da EMISSORA;
 - n.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - n.3) na COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS;
 - n.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - n.5) nas instituições que liderem a colocação das debêntures;
- o) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nas sub-alíneas da alínea "n" anterior,
- p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto a EMISSORA, e a Instituição prestadora de serviços de debenturistas Escriturais,
- q) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer,

r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados os esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS;

r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso.

5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios,
- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas,
- c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA,

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do "Caput" desta cláusula se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação.

6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O ressarcimento a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis,
- b) extração de certidões,
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções,
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VII - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura.

VIII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas;
2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por DEBENTURISTAS que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação ou pela COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.
3. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei no 6. 404 de 15 dezembro de 1976, para a Assembléia Geral de Acionistas;

4. A Assembléia se instalará em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou aquele que for designado pela COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS;
5. Na hipótese da Assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o mesmo deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas;
6. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não;
7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação;
8. Para efeito da constituição do "quorum" a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures, as pertencentes à EMISSORA.

IX - DO FORO

Fica eleito o foro principal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriunda desta Escritura.

As partes contratantes, aceitam a presente Escritura, como nela se contém, por estarem as mesmas de inteiro acordo com os seus expressos termos.

[Assinatura]
TABELIONATO

MAISON ECO S.A.
EMISSIONA

[Assinatura]
TABELIONATO

MAISON ECO S.A.
EMISSIONA

C&D DTVM LTDA
AGENTE FIDUCIÁRIO

[Assinatura]
TABELIONATO

CASA - CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA LTDA
INTERVENIENTE

TESTEMUNHAS

1 -

[Assinatura]
[Assinatura]

7º TABELIÃO - DR. ANGELO VOLPI NETO
CURITIBA - PARANÁ
RECONHEÇO e dou fé por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
0022716 - VILSON ROWALD RIBAS RECONTO...
0033407 - ISRAEL DE FRANCA FLORES JÚNIOR...
EM TESTEMUNHA DO VERDADE
CURITIBA, 07 de outubro de 1995
DR. RENATO MARTINS OLESKO
EMP. JURAMENTADO